

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 017/06.

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e seis, às dezoito horas e quatorze minutos, pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito rua Acelino de Carvalho, n.º. 33, sala 42, sob coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues, CORAS Norte, e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Nerina A. Camargo – **ACOMP**; Oswaldo Dalpiaz – **Casa do Pequeno Operário**; Edson Luís Zanella – **Instituto Pobres Servos da Divina Providência**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Iara de Fátima B. da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Juçara R. Joaquim – **CORAS Cruzeiro**; Irlde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**; Maria Leonice de Deus da Silva e Heloísa Helena L. Vinõlo – **CORAS Glória**; Lurdes Vargas de Souza – **Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Zailde F. da Silva – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Kátia Susana S. de Araújo – **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira C. da Silva – **CORAS Norte**; Carolina A. da Silva – **CORAS Partenon**; Gleci G. Alvarenga (PROVISÓRIA) – **CORAS Sul**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Carmem Lopes – **Câmara Municipal**; Cléia Teresinha da Silva Lucas – **DMLU**; Simone R. da Rocha, Sandra Mara Nunes e Cláudia I. de Lima – **FASC**; Vilma Maria Oliveira da Silva – **SMA**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Isabel M. Walenciuk – **SMF**; Míriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Meire Ana B. da Silva – **STCAS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Maria Valéria C. Simões – **SMDHSU**; Patrick de O. Teixeira – **SMGL**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Ruth D'Amorin e Viviane B. Rodrigues – **UAMPA**; Melissa Bargmann e Daniela Nunes Pirovano – **CORAS Eixo Baltazar**; Nelcy G. da Silva e Rosalina Teresinha F. Sabadin – **CORAS Leste**; Iara e Priscila Bargmann – **CORAS Nordeste**; Nídia M. de Albuquerque e Glademira M. Cortes Barbosa – **CORAS Restinga**. **AUSENTES/GOVERNO**: Márcia Lenara Soares e João Carlos Fornari – **DMAE**; Cristiano Aristimunha Pinto e Gustavo B. Paim – **DEM HAB**; Eloísa Helena C. Strehlau e Mara Andréa Machado B. da Silva – **SMC**; Ana Eleonora S. Assis – **SME**; Adriana Furtado, Carlos Fernando S. Filho e Carmem S. da Rocha – **SMGL**; Carmen Lúcia Silva Garcia – **SMIC**; Lúcia Cristina D. Capitão e Vera Lúcia K. da Silveira, Marisa B. Garcia e Juliana de Oliveira C. Costa, Carla N. Santos e Maria do Carmo Fay – **STCAS**. **Governo Federal**: sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1 – Of. 564/06 – FASC – 2% a mais do dissídio; 2 – Regimento Eleitoral e Calendário do Processo; 3 – Projeto Espaço da palavra (Of. 484/06 – FASC); 4 – Resoluções ad referendum 099 e 108/06; 5 - Of. 551/06 – FASC - Relatório sobre AGIR; 6 – Resolução de Projetos (Fluxo); 7 – Processos: inscrição nova, cadastramento, manutenção; 8 – Informes: a. 16/08 – Seminário Regional Violência Contra Criança e Adolescente – Pelo Direito de Parar de Sofrer; b. Of. 372/06 – FASC – Orientações Gerais para Prestações de Contas; c. Relatório sobre a I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência; 9 – Votação das Atas 13, 14, 15 e 16/06.** **Sra. Presidente (Sra. Maria Lopes Rodrigues)**: Boa noite, que sejam todos bem-vindos. A nossa Pauta está no quadro, faltas justificadas só temos duas e do lado direito do quadro temos o calendário, que são as propostas de calendário das eleições que a gente vai estar discutindo hoje. Então, vamos iniciar pelo Ponto 1 da nossa Pauta. **1 – Of. 564/06 – FASC – 2% a mais do dissídio.** **Sra. Maria do Carmo de Souza**: Este Ponto 1 é o Of. 564/06, de 25-07-06: *Sra. Presidente, reportamo-nos no Of. 487/06, que informou reajuste às entidades conveniadas com esta Fundação, dirigimo-nos a Vossa Senhoria com o objetivo de informar que o Governo Municipal,*

49 através da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, concedeu o total de
50 10% para o dissídio deste exercício. Tendo em vista o valor de 8% já ter sido repassado às
51 entidades, solicitamos deliberação desse Conselho quanto ao repasse de mais 2% sobre o valor
52 original dos convênios a partir do corrente mês. Sem mais para o momento aproveitamos a
53 oportunidade para enviar cordiais saudações. Então, em regime de *ad referendum*, alguém gostaria
54 de colocar alguma coisa? **Sra. Presidente:** Algum questionamento? **Sr. Oswaldo Dalpiaz:** Se
55 oferecem dinheiro a gente aceita. **Sra. Nerina A. Camargo:** No Fórum de Entidades tem um debate
56 para ser 12%, porque isso já deveria estar previsto no Município, previsão orçamentária, alguma
57 coisa assim. Como está? Aí não ficam os 12%, vão ser só 10%? **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:**
58 Ocorre o seguinte: o Fórum de Entidades fez a reivindicação de 16%, depois baixou para 12%,
59 solicitando 4% acima dos 8% que havia sido oferecido. O retorno do Governo é que ao invés dos
60 4% que estavam pedindo só dava 2%. Então, é uma resposta definitiva. Isso foi anunciado na última
61 reunião do Fórum de Entidades. O Secretário da Governança, Antônio Proença, foi lá no Fórum de
62 Entidades e disse que era esse o valor definido. Então, até prova em contrário, naquilo que se sabe, é
63 isso que ficou definido, os 8%. A Assembléia do mês passado do Fórum não fez nenhum
64 movimento maior para mudar esse valor. Então, é isso que saiu editado. **Sra. Presidente:** Esses 2%
65 é para ser a partir deste mês. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Não é retroativo a abril, como foram
66 os 8%. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** É a partir de 1º-07. **Sra. Presidente:** Todos concordam
67 que passe os 2%? Quem concorda, por favor, levante a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém?
68 Então, fica *aprovado* os 2%. O nosso Ponto 2 é o Regimento Eleitoral. Simone, quem sabe tu, que
69 és da Comissão, fala, apresenta a proposta. **2 – Regimento Eleitoral e Calendário do Processo.**
70 **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A gente se reuniu semana passada e constituímos uma proposta
71 considerando todos os prazos necessários para cada um dos procedimentos do processo eleitoral. A
72 gente constituiu aquela proposta ali, que depois da aprovação a gente teria um tempo para a
73 publicação do Regimento e o Edital no DOPA. Depois, levando em consideração que levam uns 3
74 dias úteis para entrar a publicação no Diário Oficial, de 4 a 11 o registro das candidaturas, levando
75 em consideração os dias úteis. De 14 a 15 análise das candidaturas, no sentido diante dos critérios,
76 mais com relação a domicílio. De 16 a 18 a publicação e homologação das candidaturas. Nos dias
77 21, 22 e 23 recurso de inscrições indeferidas. Dia 11-09 as eleições das entidades no CMAS,
78 considerando que é o dia de uma assembléia, daí para otimizar a vinda das pessoas aqui, juntaria o
79 dia. E no dia 12 a proposta de eleição nas CORAS. Dia 13 a apuração dos resultados das eleições,
80 de 14 a 15 para a publicação dos resultados no DOPA, 18 e 19 o prazo para recursos, se tiver algum
81 recurso. Nos dias 21 e 22 a publicação dos resultados finais e no dia 20-10 a posse, conforme estava
82 previsto, a gente até fez uma discussão em virtude do sábado, mas a gente só faz a posse na
83 segunda-feira seguinte, o Conselho ficaria dois dias descoberto. Então, a gente constituiu isso com a
84 Assessoria Jurídica, considerando os prazos legais, enfim, regulamentação. Então, se aprovada for
85 esta proposta a gente só precisa constituir a resolução. O Regimento Eleitoral, a gente tornou o
86 mesmo, só vai constar as datas e prazos diferentes, mas vamos usar o mesmo proposto na última
87 eleição. Eu não sei se a gente tem que ler. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Há alguns pontos do
88 Regimento Eleitoral que nas outras vezes não foram considerados, inclusive, algumas propostas que
89 se fez de alteração. Realmente, quem leu o Regimento, estava lá, que é o caso das entidades
90 poderem votar no Conselheiro, na CORAS. Há um item aí e uma das sugestões que se havia dado é
91 no sentido seguinte: em princípio, o Conselheiro da CORAS é eleito pelos moradores da região e
92 muitas vezes as entidades que fazem parte da CORAS não conseguem votar no Conselheiro, porque
93 daqui a pouco não tem um morador, digamos. Por exemplo, nós temos a própria ACF, digamos que
94 a ACF não tenha algum representante que more no Centro, a entidade é no Centro, a ACF não vota.
95 Então, a idéia era que a ACF oficiasse autorizando que alguém votasse em seu nome para o
96 Conselheiro, porque se nós estamos determinando que Conselheiro da CORAS tenha que ser
97 alguém que faz parte da CORAS, nada mais justo, quem vai saber se faz parte da CORAS se não

98 são as próprias entidades que estão lá? Eu não sei como ficou, nem li a versão final. **Sra. Simone**
99 **Rocha da Rocha:** Na verdade, não foi apontado isso, a gente não tinha isso. Eu acho que a gente
100 pode anotar e pedir o parecer do Jurídico, porque não tinha essa indicação de alteração. **Sra. Iara de**
101 **Fátima B. da Rosa:** Mas ela consta aqui, em princípio, ela consta aqui. **Sra. Simone Rocha da**
102 **Rocha:** É que teria uma outra situação também, que nos foi solicitado para mudar no Regimento,
103 tinha sido apontado. Foi visto, no outro processo eleitoral, de que uma pessoa pudesse se eleger não
104 só no seu local de moradia, mas no seu endereço de trabalho. Nós pedimos parecer para o Jurídico e
105 eles dizem que não é o Regimento que determina isso, é a lei do Conselho. Então, para isso teria que
106 encaminhar dentro daquelas adequações da lei do Conselho isso, porque o Regimento está
107 vinculado à lei do Conselho. Então, nesse caso não poderia. E com relação à entidade também poder
108 votar, talvez teria que pedir um parecer para o Jurídico. Amanhã a Comissão vai-se reunir de novo e
109 acho que, na medida do possível, se a Plenária entender que deve ser alterada e se for possível, do
110 ponto de vista jurídico, fazer essa alteração. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Na realidade, consta
111 aqui o seguinte: *O representante da entidade apresentar-se-á para votar devidamente credenciado*
112 *através de ofício.* Só que isto está vinculado ao art. 15, na entidade, mas a gente havia sugerido isso
113 e até passou como informação na região essa possibilidade, para que o próprio representante
114 oficiado pela entidade pudesse votar também, além dos moradores. **Sra. Simone Rocha da Rocha:**
115 Sim, mas será que não fere a questão do endereço, na mesma lógica de só poder votar no endereço
116 de moradia? **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Não necessariamente, é isso que precisa ser visto.
117 **Sra. Sandra Mara Nunes:** Teria que garantir que ele tem residência na região. **Sra. Simone Rocha**
118 **da Rocha:** Não. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Não. Se ele tem residência na região vota como
119 morador, a gente está falando é da votação da entidade. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Eu tenho
120 uma sugestão. Quem sabe tu nos ajuda a fazer uma proposta de texto por escrito, a gente discute
121 com o Jurídico amanhã. Se for possível, a gente inclui, fica mais um artigo no Regimento. **Sra. Iara**
122 **de Fátima B. da Rosa:** Tem que ver se o pessoal concorda. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Só
123 há uma coisa que ainda não entrou na minha cachola. Por exemplo, tem que ter um Conselheiro que
124 é usuário de entidade aqui, aí as outras entidades também querem votar nessa entidade, como fica?
125 **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Nós estamos falando de Conselheiros da CORAS, é uma coisa;
126 votação para as entidades é aqui e em um dia só, como está ali. É uma outra eleição. **Sr. Arnaldo**
127 **Batista S. dos Santos:** A entidade pode fazer duas votações: **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Em
128 princípio, seria. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** Era isso que eu queria saber. **Sra. Iara de**
129 **Fátima B. da Rosa:** A vinculação nas CORAS, quem vai nas CORAS? São as entidades. **Sra.**
130 **Simone Rocha da Rocha:** Mas a entidade só teria um voto da região. **Sra. Iara de Fátima B. da**
131 **Rosa:** Um voto dentro da região. **Sra. Presidente:** Mais alguma pergunta em relação a isso? **Sr.**
132 **Oswaldo Dalpiaz:** Eu sei que o calendário está bastante apertado, mas o espaço entre a publicação
133 do Regimento e o registro das candidaturas não está muito próximo? Eu acho que não há outra
134 alternativa. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Não tem, porque são três dias e a partir do momento
135 que sair no Diário Oficial as pessoas já podem apresentar candidatura. Bem dizer duas semanas, de
136 4 a 11. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Ali não vai fechar, porque o registro de candidatura não
137 pode ser individualizado, a candidatura tem que vir com a Ata da reunião. Ela não pode ser assim:
138 *resolvi me candidatar aqui;* se lá na região quiserem três se candidatar dentro da reunião da CORAS
139 elas podem, mas tem que aparecer, em princípio foi assim, tem que mandar uma Ata para cá
140 dizendo que tem fulano, fulano e fulano candidatos. **Sra. Presidente:** Os candidatos sempre vêm
141 indicados pela CORAS, pelas Regionais, a não ser que as Regionais todas vão fazer uma Plenária
142 extraordinária para discutir exclusivamente essa questão. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Nós
143 fizemos um mapeamento das regiões, consolidamos todas as reuniões de todas as CORAS. **Sra.**
144 **Carolina A. da Silva:** Isso que a Iara falou, por exemplo, a minha Plenária, se não me engano, é dia
145 20, e as pessoas sendo indicadas via Ata não há possibilidade a não ser fazer uma extraordinária. As

146 datas não podem ser em agosto, ficou muito apertado. **Sra. Presidente:** Por que nós vínhamos
147 discutindo essa questão? A gente tinha a preocupação, quando da primeira pessoa, que era um
148 representante governamental, retirou-se da Comissão. Nós ficamos um mês e pouco sem a
149 Comissão se reunir, essa era a nossa preocupação, que ia acabar afunilando. Agora nós estamos
150 entrando em agosto, as eleições têm que acontecer no mês que vem de qualquer maneira, senão
151 acontecerem vai atrasar a posse, em atrasando a posse fica tudo suspenso. Uma coisa que a gente
152 tem que ter claro é que se as eleições não saírem dentro do prazo tudo fica trancado: avaliação de
153 projeto, liberação de recurso. Então, precisa acontecer as eleições. Eu acho que uma das alternativas
154 é essa: definir ônibus, calendário e as CORAS vão ter que chamar reunião extraordinária para
155 definir os candidatos. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A única possibilidade seria mais uns 5 dias
156 em todo o calendário, mas muito mais do que isso não teria a possibilidade. **Sra. Míriam Dabdab**
157 **D. Kolinger:** Eu acho que dá para dar uma esticada. As eleições começam dia onze. **Sra. Iara de**
158 **Fátima B. da Rosa:** Eu acho que, por exemplo, poderia ser de 4 a 16, porque tu ficas com o dia 18
159 para a publicação, aí tu não mexes com o resto. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Da saída do
160 resultado até a entrada no Diário Oficial leva uns três dias. Então, a gente vai ter que mobilizar
161 cinco dias para baixo em todo o calendário. A gente não manda para o Diário Oficial e publicam no
162 mesmo dia. **Sra. Míriam Dabdab D. Kolinger:** Mas se tu esticares dia 23-08, por que tem que
163 puxar para o dia 11-09? Por que não pode ser 28-08? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Acho que
164 pode. Eu não sei porque teve aquela distância do prazo? São três dias que a gente deu para recurso,
165 a gente só vai ver se não tem alguma coisa legal. Tem 07-09. **Sr. Oswaldo Dalpiaz:** É as primeira
166 vez que eu participo desse processo todo, então, queria um esclarecimento: registro das
167 candidaturas. Nós temos, então, dois tipos de candidatos: o que vem da CORAS e das instituições,
168 da sociedade civil. Existem limitação para a candidatura da sociedade civil? Ou uma sociedade civil
169 que se candidatou, no meu caso, o caso do Pequeno Operário, já é a segunda vez, existe limitação
170 ou eu posso como instituição me candidatar de novo? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** São dois
171 mandatos só, a entidade só pode concorrer duas vezes. **Sra. Míriam Dabdab D. Kolinger:** Mas é
172 como entidade, como CORAS ele pode. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A pessoa dele, sim, mas a
173 entidade, não. As entidades também passam pela homologação da CORAS? **Sra. Presidente:** Não.
174 As entidades se candidatam, normalmente eles se informam na região, porque as entidades da região
175 que tem uma entidade sempre votam, mas não que ela tenha que ter aprovação da CORAS para
176 poder se candidatar. Mais alguma pergunta? Podemos encaminhar essa questão do calendário? **Sra.**
177 **Diva:** Tem alguma organização nas entidades dos usuários também concorrerem? Usuário não pode
178 concorrer? **Sra. Míriam Dabdab D. Kolinger:** Sim, tem que ter um ano, no mínimo, de
179 participação e Ata de participação. **Sra. Presidente:** Essa questão que a Diva levanta é uma questão
180 que, principalmente, a Dona Elvira que está aqui, é da minha região, sabe que a gente tem sempre
181 incentivado que os usuários devam estar sendo incentivados a participarem desse processo. Eles
182 fazem parte do processo, tanto de participarem dos programas, das reuniões, como também a gente
183 está incentivando que eles participem, eles são parte. Então, eles também podem estar participando,
184 não só podem, eles devem participar desses processos. **Sr. Oswaldo Dalpiaz:** A gente poderia
185 conseguir os endereços dessas entidades para a gente poder fazer contato e mobilizá-los ou somente
186 através das CORAS? **Sra. Presidente:** Tem que ver que as entidades que vão se candidatar, os
187 usuários. Aí a Comissão tem que responder, como vão fazer esse processo? As entidades que se
188 candidatarem vão ser publicadas no DOPA. Tem algum outro movimento que vocês pensaram para
189 estar mobilizando as entidades? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Ela está falando, enquanto usuário,
190 os usuários não concorreriam como entidade? **Sra. Presidente:** Ele está falando entidade de
191 usuário, porque entidade de usuário são todas. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Na realidade, essa
192 movimentação quem tem que fazer é a própria entidade depois que se candidatar, é uma questão de
193 plataforma política. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** A maioria das entidades em Porto Alegre tem
194 registro aqui no Conselho. Então, todas elas são importantes. **Sra. Presidente:** Só não vota o SASE.

195 **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A eleição é condicionada à legislação eleitoral. **Sra. Presidente:**
196 Vamos ler o edital. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** *A Comissão Eleitoral do Conselho Municipal*
197 *de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Resolução n.º 113/2006, de*
198 *31/07/06, que aprova o Regimento Eleitoral para eleição dos representantes da sociedade civil, na*
199 *sexta composição do CMAS, torna público que estará recebendo as inscrições dos candidatos às*
200 *eleições das Comissões Regionais de Assistência Social (CORAS), bem como, a inscrição das*
201 *Entidades, referente ao processo eleitoral para o biênio 2006/2008, conforme segue: Art. 1 - As*
202 *eleições serão realizadas em conformidade com as regras deste Edital, da Resolução n.º 113/2006 -*
203 *Regimento Eleitoral, da Lei Complementar 352/95 e Decreto 11.469/96. Art. 2 - Os pedidos de*
204 *inscrição serão recebidos de segunda a sexta-feira na sede do Conselho Municipal de Assistência*
205 *Social – CMAS, sito na Travessa Acelino de Carvalho n.º 33, conj. 42, CEP 90010-200, fone 3227-*
206 *3922, no horário das 9h às 11h30min e das 14h às 17h30min. Parágrafo Único: São requisitos*
207 *para o provimento do cargo de Conselheiro de CORAS: I – ser brasileiro nato ou naturalizado; II –*
208 *ter idade mínima de 18 anos; III – ser morador em Porto Alegre; IV – ser residente na região que*
209 *pretende representar. Art. 3 - Nos termos do art. 2 da respectiva Resolução, serão eleitos: I - Três*
210 *entidades de assistência social, representantes das entidades prestadoras de serviço com atuação*
211 *municipal; II - Uma entidade representante das categorias profissionais do setor de assistência*
212 *social; III - Duas entidades representantes de organização e/ou representação de usuários com*
213 *atuação municipal; IV - Dezesesseis representantes dos usuários oriundos das Comissões Regionais*
214 *de Assistência Social – CORAS, obrigatoriamente moradores da região que representam. Art. 4 -*
215 *Conforme o art. 9, da Resolução n.º 113/2006, o registro de candidaturas será requerido em*
216 *formulário fornecido pelo CMAS, sendo instruído com os seguintes documentos: I - Entidades*
217 *Prestadoras de Serviço e Entidades de Organização e/ou Representação de Usuário: a) Inscrição*
218 *no CMAS; b) Cópia do CNPJ da Entidade; II - Entidades de Categoria Profissional: Cópia do*
219 *Estatuto ou regimento da Entidade; Cópia do CNPJ da Entidade; III - Para representantes de*
220 *CORAS: Indicação do candidato através de ofício de uma entidade comunitária da Região*
221 *encaminhado à CORAS (Comissão Regional de Assistência Social); Cópia da Carteira de*
222 *Identidade; Comprovante de residência na região que pretende representar (conta de luz, ou conta*
223 *de telefone, carnês comerciais, ou declaração da instância que o indicou). Art. 5 - As eleições serão*
224 *processadas nas seguintes datas: de 04-08 a 11-08 (dias úteis) - Registro de candidaturas (CORAS*
225 *e entidades); de 14 a 15-08 - Publicação das candidaturas (homologadas, indeferidas); 16, 17 e 18-*
226 *08 – Prazo de recebimento de recursos; 21, 22 e 23-08 - Publicação das decisões dos recursos; 11-*
227 *09 - Eleições de entidades; 12-09 - Eleições dos Conselheiros de CORAS; 13-09 - Apuração dos*
228 *votos das duas eleições; de 14-09 a 15-09 - Publicação do resultado das eleições no DOPA; de 18-*
229 *09 a 19-09 - Prazo para as entidades eleitas indicarem seus representantes; de 21-09 a 22-09 -*
230 *Publicação final dos resultados; 20-10 - Posse dos Conselheiros eleitos. Art. 6 - Será considerado*
231 *eleito ao cargo de Conselheiro Titular o candidato mais votado na região. Os suplentes serão*
232 *classificados sucessivamente em ordem decrescente. Art. 7 - Os interessados poderão retirar cópias*
233 *do presente Edital e do Regimento Eleitoral no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.*
234 *Serão afixadas cópias no Quadro de Avisos da Fundação de Assistência Social e Cidadania –*
235 *FASC, na Av. Bento Gonçalves, 255, nos Centros Regionais e Módulos de Assistência Social da*
236 *FASC e nas CORAS - Comissões Regionais de Assistência Social. Porto Alegre, 31 de julho de*
237 *2006. Comissão Eleitoral. Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:* Qualquer pessoa pode chegar e se
238 inscrever para concorrer, mesmo que nunca tenha participado da CORAS? **Sra. Míriam Dabdab D.**
239 **Kolinger:** Não, tem que ter um ano. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Não está escrito aí. **Sra.**
240 **Simone Rocha da Rocha:** Não porque a gente perguntou isso também e o que ela nos disse é que
241 tem que estar isso posto na lei que rege o Conselho. A gente não pode, porque a lei que rege o
242 Conselho é superior à legislação, ao Regimento da eleição. Então, isso a gente teria que encaminhar
243 tanto para a questão da candidatura da pessoa que não consta na região de trabalho e não na região

244 de moradia, quanto essa questão do prazo de atuação. Dentro do Regimento do Conselho diz que
245 qualquer pessoa moradora da região poder-se-ia candidatar. Então, não poderia colocar, porque
246 qualquer pessoa poderia entrar com recurso, porque o Regimento do Conselho é superior ao
247 Regimento Eleitoral. O que ela nos apontou é que a gente já pudesse estar identificando essas
248 questões e apontando sugestões para a modificação do Regimento do Conselho, para não acontecer
249 isso na próxima eleição. Nós levantamos essa questão, até porque nós que estamos na Comissão é a
250 primeira vez que a gente participa de uma Comissão Eleitoral. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Na
251 verdade, está-se baseando na lei ou no Regimento Interno do Conselho? **Sra. Simone Rocha da**
252 **Rocha:** Eu acho que nos dois, na legislação do Conselho. Ela estava com todo o material aqui e foi
253 o que ela nos respondeu. Ela já participou da assessoria jurídica, foi a Rejane que veio da assessoria
254 jurídica de outras Comissões Eleitorais. **Sra. Cléia Teresinha da Silva Lucas:** Então, nesse caso
255 está aberto. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** A lei não fala de CORAS. **Sra. Presidente:** São 16
256 representantes das CORAS e não diz. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Foi trazido, inclusive, de
257 garantir que fossem pessoas que já tivessem algum envolvimento, mas ela analisou e foi esse
258 parecer jurídico que inviabiliza. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Acontece o seguinte: por que nós
259 levantamos esse tipo de questão? Para qualificar o Conselheiro, qualificar o Conselho, senão a gente
260 está sempre em um começar de novo. O cara pode não ser Conselheiro, mas se participa da CORAS
261 sabe das discussões que estão sendo mantidas, até em função de todas essas mudanças. Como não
262 está na lei nós podemos mexer no Regimento, talvez não para esta, mas temos que pensar nisso.
263 **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu não entendi direito onde pedia a conta de luz. **Sra. Maria do**
264 **Carmo de Souza:** *Para representante de CORAS comprovante de residência na região que*
265 *pretende representar: conta de luz ou telefone, carnês comerciais, ou declaração de instância que o*
266 *indicou.* **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Quanto a essa questão da participação tem muito a ver
267 com a própria Plenária da CORAS que vai definir o candidato. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:**
268 Mas a inscrição não é aqui? **Sra. Presidente:** Tem que passar na CORAS e vir um ofício da
269 CORAS dizendo que o fulano de tal é representante. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Até porque a
270 Comissão não tem condições de avaliar se participa ou não participa, independente de quem fosse.
271 **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Essa questão da Ata é muito interessante, interessante não, isso já
272 existia, mas é que a CORAS que sabe referendar se a pessoa é participante ou não. **Sra. Denise**
273 **Araci Leonhardt:** Aqui diz assim: *Das CORAS – poderão votar todas as pessoas residentes na*
274 *respectiva região mediante apresentação do título eleitoral. Poderão concorrer moradores da*
275 *região indicadas por no mínimo uma entidade comunitária.* **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Foi o
276 que ela disse, se entidade x quiser indicar, pode não ter tido atuação nenhuma, mas se a entidade
277 bancar não tem como recorrer. **Sr. Oswaldo Dalpiaz:** Eu sempre digo que quem começa a
278 participar aqui do Conselho participa também de uma escola de aprendizagem, começa a aprender a
279 dominar a linguagem e assim por diante. A Iara agora fala de qualificar o grupo. Então, vejam como
280 são as coisas, a minha entidade não pode mais se candidatar, eu não poderei mais participar aqui.
281 Agora que eu estaria pronto para começar a contribuir não posso. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:**
282 Cada mandato é de dois anos. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Eu acho que isso está posto para
283 garantir a participação de mais pessoas. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Mas isso não impede que
284 seja indicado para a CORAS. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** O que acontece é que o seu
285 Oswaldo não pegou os quatro anos. **Sra. Presidente:** Como nós, não chegou nem a um mandato
286 inteiro. Podemos encaminhar essa questão? Como ficou a questão das datas, está resolvido? **Sra.**
287 **Simone Rocha da Rocha:** Sim, a gente vai consultar, senão tiver nenhum impedimento legal a
288 gente põe mais cinco dias. **Sra. Presidente:** Há uma questão anterior, que passou, que a gente tinha
289 que ter aprovado a Simone no lugar da Melissa, que a Simone já está respondendo, inclusive, mas
290 que a gente precisa só homologar. Então, vocês concordam? **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Só
291 uma questão, em relação aos moradores para a votação. Tem que apresentar um documento, alguma

292 coisa que é da região, no caso o morador de rua como fica? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Aí a
293 entidade que atende, está escrito ali, poderá com ou com comprovante de endereço ou uma
294 declaração da entidade. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Mas eu entendi que fosse um representante
295 da CORAS para esse tipo de coisa. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Para votar também. **Sra. Iara**
296 **de Fátima B. da Rosa:** Tem até associação de moradores que manda. **Sra. Maria do Carmo de**
297 **Souza:** *Ou declaração da instância que o indicou.* **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Para
298 representante da CORAS. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Para votar ou ser votado. **Sra.**
299 **Presidente:** Ok, podemos colocar em votação essa questão, incluindo, inclusive, a Simone? Vamos
300 encaminhar, então. Conforme o calendário que ficou com aquela alteração, com a verificação da
301 possibilidade de aumentar em cinco dias o prazo, que seja até o dia 17 e o prazo de recurso até 28.
302 Feita a consulta jurídica, em havendo possibilidade vai ficar dessa forma. **Sra. Heloísa Helena L.**
303 **Vinõlo:** A CORAS Glória não tem reunião antes do dia 11. **Sra. Presidente:** O que a gente colocou
304 aqui é que houve um processo todo, foi atrasado em função de saída e entrada de representante da
305 Comissão. A gente está sugerindo que as CORAS façam uma reunião extraordinária para resolver
306 essa questão, essa é a orientação. Ok, podemos aprovar dessa forma? Então, quem concorda com o
307 processo apresentado, com a Simone sendo a Presidente da Comissão Eleitoral, por favor, levante a
308 mão: alguém é contra? Alguém se abstém? Então, está *aprovado* dessa forma. **Sra. Míriam**
309 **Dabdab D. Kolinger:** Tem estrutura para eleição acontecer toda no mesmo dia, uma em cada
310 CORAS? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A Comissão é constituída por três pessoas, a gente vai ter
311 que se desdobrar nesses 16, mas eu sugiro que a CORAS já possa indicar o local, porque a gente vai
312 contar com a estrutura, com o apoio de outros funcionários. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:**
313 Eu queria perguntar o seguinte: está previsto no Regimento Eleitoral algum tipo de penalidade para
314 irregularidades? **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Todo o processo eleitoral? **Sra. Maria Leonice de**
315 **Deus da Silva:** Não, no processo eleitoral das CORAS. **Sra. Presidente:** Se houver problema no
316 dia? **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Recurso eu já sei, porque eu já entrei com recurso
317 cinquenta vezes aqui e nunca aconteceu nada. Eu quero saber se desta vez no Regimento Eleitoral
318 está previsto isso. Qual o grande problema no Regimento Eleitoral? A gente prevê que não pode
319 haver irregularidade, mas a gente não prevê sanções, como não prevê sanções fica o dito pelo não
320 dito. Então, eu acho que é bem importante que a gente tenha isso, até porque a gente vai estar em
321 um momento superatípico, disputando eleição na CORAS com o momento eleitoral dentro do
322 sistema. Então, eu acho bem importante que tenha tempo para isso, porque as coisas não vão ser
323 fáceis, vão ser bem difíceis. Então, que a gente consiga garantir que por dentro da FASC mesmo a
324 gente consiga estrutura para dar conta das eleições, que o Centro Regional se responsabilize. **Sra.**
325 **Simone Rocha da Rocha:** A Comissão vai se reunir, a Comissão poderia ter sido maior na medida
326 que a última Comissão que fez a última eleição era constituída por nove pessoas, agora é uma
327 Comissão de três pessoas para dar conta de tudo. Nós ainda estamos discutindo, porque vamos ter
328 que ficar circulando por todas as regiões, as regiões vão poder estar indicando um fiscal. Está aberto
329 para quem quiser se somar ao processo, amanhã a Comissão vai estar se reunindo de novo para estar
330 discutindo essas questões. **Sra. Presidente:** Então, não foi prevista nenhuma sanção? **Sra. Simone**
331 **Rocha da Rocha:** Dentro do que é recurso e da Comissão se reunir para avaliar os processos para o
332 Jurídico tomar as decisões cabíveis. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Por que eu estou
333 dizendo isso? Há duas eleições houve coisas seriíssimas na região, de gente aparecer com um 38 na
334 cara. A gente fotografou, chamou a Comissão Eleitoral, chamou o *diabo a quatro* e não aconteceu
335 nada. Então, a gente sabe que essas coisas acontecem. Graças a Deus, eu não sou candidata, nesta eu
336 estou livre, mas é com isso que a gente se preocupa, porque no Regimento Eleitoral tem que ser
337 previsto, está previsto recurso, mas está previsto que tipo de punição? Nisso o Jurídico tem que dar
338 suporte. O que aconteceu? Quando a gente foi falar com o promotor, no Ministério Público, ele
339 disse que o Regimento Eleitoral era omissivo e não previa a sanção, por exemplo, de quem for
340 apanhado em situação irregular será desconstituído de sua candidatura, alguma coisa nesse sentido.

341 Não vamos ser ingênuos e simplistas achando que as coisas vão ser um mar-de-rosas, que todo
342 mundo vai andar fantasiado de cor-de-rosa, principalmente por ser o período que é. **Sra.**
343 **Presidente:** Eu acho que tu tens razão. **Sra. Gleci. G. Alvarenga:** As eleições vão ser à noite? **Sra.**
344 **Maria do Carmo de Souza:** Das 9h às 11h30min e das 14h às 17h, é o horário da eleição. **Sra.**
345 **Iara de Fátima B. da Rosa:** A CORAS vai até às 8 horas. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:**
346 Eu acho que fica pertinente para poder contemplar o pessoal que trabalha, para poder estar indo
347 votar, fica pertinente das 14 às 20 horas. **Sra. Presidente:** Quem sabe vamos encaminhar da
348 seguinte maneira: eu acho que essa questão que a Nice levanta é pertinente, sim, eu acho que tem
349 que constar no Regimento alguma coisa em relação a isso, das penalidades que eu acho que não
350 tem. Então, eu consulto se a Plenária concorda que a Comissão estipule alguma sanção nessas
351 questões, porque se algum candidato de alguma região cometer alguma infração tem que no mínimo
352 ser desconstituído. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Eu só estou chamando a atenção, porque
353 se é omissa tu vais-te queixar para o bispo, mas é importante, porque depois as pessoas ficam com
354 medo e não querem mais se candidatar. **Sra. Presidente:** Vocês concordam que o horário seja das
355 14 às 20 horas? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** E constar penalidades para os casos de infração.
356 **Sra. Presidente:** Então, se todos concordam levantem a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém?
357 *Aprovado*, então. Maria do Carmo, o Projeto Espaço. **3 – Projeto Espaço da palavra (Of. 484/06 –**
358 **FASC).** **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Antes disso, já havia sido aprovado em ato de referendo,
359 como temos agora *quorum* fica a questão dos 2% aprovado. Eu vou apresentar o projeto, peço ajuda
360 para quem sabe mais, como a Dona Elvira que está no PEMSE. Nós estamos no PEMSE discutindo
361 ações da institucionalização e municipalização do PEMSE e temos um projeto, uma prestação de
362 serviço pela Cruz Vermelha. Nós avaliamos que seria positivo nas discussões que a gente tem no
363 PEMSE que fosse encaminhado, porque nós gostaríamos que outras secretarias também
364 trabalhassem, não só a FASC trabalhar com a prevenção como outras Secretarias também
365 trabalhassem com a prevenção, com a promoção de espaços. A Cruz Vermelha, então, como uma
366 prestadora de serviço apresentou à FASC esse Espaço da Palavra, que nós lemos na reunião de
367 quarta-feira e também na reunião da Executiva. Nós já tínhamos trabalhado com ele nas reuniões do
368 PEMSE. O pessoal da Comissão de Políticas aprova o projeto apresentado pela Cruz Vermelha,
369 com recursos próprios da FASC, foi apresentado aqui, inclusive, com um ofício da própria FASC
370 reconhecendo o trabalho e para vir para a assembleia do dia 31. Na Comissão de Políticas nós
371 encaminhamos para a Executiva, a Executiva aceita a aprovação referente ao Projeto Espaço da
372 Palavra, apresentado pela FASC, aí fez alguns questionamentos para a gente observar nos próximos
373 projetos. Isto aqui seria uma prestação de serviço. Eu não sei se alguém mais gostaria de
374 complementar. Já foi desenvolvido na Glória e Cruzeiro, aí a gente encaminhou, que é um projeto
375 específico para dez meses na região Partenon e Lomba. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Só
376 para saber que para a gente lá na Glória e na Cruzeiro não ficou muito claro a questão do Espaço da
377 Palavra. Até porque foi apresentado na rede de serviço. Surpreende-me mais ainda agora que seja a
378 FASC a apresentar esse projeto. Quem vai fazer, a Cruz Vermelha que é o receptor com recursos da
379 FASC? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Com recursos da FASC. **Sra. Maria Leonice de Deus**
380 **da Silva:** Isso é ainda mais grave, porque a gente não discutiu e o Espaço da Palavra se apresentou
381 na região, em uma reunião de regionalização da rede de serviço, e em momento algum isso foi
382 levantado. Isso eu te digo com tranqüilidade, porque o SASE Travessia participa da reunião da rede
383 de serviço e a gente discutiu, inclusive, a gente sabia que o Espaço da Palavra ia começar a atuar no
384 Loureiro da Silva. Em momento algum foi dito que teria algum suporte governamental. Isso eu
385 tenho certeza. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** O Projeto Espaço da Palavra é uma proposta de
386 serviço da Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul. **Sra. Presidente:** Quem sabe a gente faz uma
387 leitura? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** *Em 2005 o Projeto Espaço da Palavra foi executado em*
388 *duas áreas de intervenção da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana,*
389 *indicada pelos autos índices de população jovem envolvida com o crime e uso de drogas,*

390 *demonstrando sua viabilidade e efetividade. Em 2006 estamos propondo a sua continuidade na*
391 *Regional IV (Lomba do pinheiro e Partenon), oferecendo 60 novas áreas para adolescentes e 120*
392 *novas vagas para a família no período de 10 meses. O projeto tem por objetivo estimular a*
393 *mudança em relação à motivação para tratamento em dependência química, ou mesmo outro tipo*
394 *de inserção sociocultural que possibilite a construção de novas perspectivas de vida para o*
395 *adolescente, bem como, fortalecer os laços da família com o adolescente. As atividades previstas*
396 *por este projeto são: atendimento terapêutico individual, grupal e multifamiliar, atendimento*
397 *psiquiátrico e oficinas terapêuticas de arte e cultura, sensibilização para a escola e economia*
398 *popular solidária. Estima-se uma adesão de 60% ao projeto, que prevê como resultado a redução*
399 *da criminalidade juvenil do uso de drogas, o combate á evasão escolar e o incentivo ao trabalho;*
400 *bem como, potencializar a força da família e o estreitamento de seus laços. O projeto deverá*
401 *produzir um importante impacto social, não só na população diretamente beneficiada, como*
402 *também na população em geral, uma vez que propõe a constituição de novas perspectivas de*
403 *aperfeiçoamento da aplicação das medidas socioeducativas. E ao combate à miséria e exclusão*
404 *social a viabilizar formas de inserção social que resgate a cidadania. Justificativa: o Plano*
405 *Nacional de Segurança Pública aponta para a situação dos jovens do sexo masculino pobre, em*
406 *particular os jovens negros, como uma das questões mais preocupantes. Neles estão centrados na*
407 *maioria tragédias nacionais, o negro do processo autofágico e genocida. Jovens vulneráveis ao uso*
408 *de drogas, ao cometimento de delitos, ao aliciamento de narcotráfico, sem lugar no contexto social*
409 *refugiam-se no espaço marginal para a aquisição de algum tipo de reconhecimento e*
410 *sobrevivência. Aproximadamente 15 mil desses jovens, anualmente, perdem suas vidas devido a*
411 *esse motivo. Em âmbito nacional estatísticas de polícia civil revelam que os crimes cometidos por*
412 *criança e adolescente não param de crescer. Foi constatado no primeiro semestre de 2002 6.906*
413 *atos infracionais, 20% mais que os 5.801 que haviam sido apurados no mesmo período do ano*
414 *anterior. Intensifica-se também que esse aumento deve-se como uma das principais causas da*
415 *desestruturação das famílias e o uso de drogas. O fenômeno contemporâneo do ato infracional*
416 *juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas se deve principalmente à*
417 *desigualdade social, ao não exercício da cidadania e aos índices de políticas sociais básicas*
418 *supletivas e de proteção implementares pelo Estado. Dados e relatórios oficiais das Nações Unidas*
419 *contra o crime e as drogas quanto à juventude brasileira, em 2003, a juventude brasileira indica*
420 *um indicativo número de jovens excluídos sem emprego e com poucas perspectivas, embora*
421 *convivam lado a lado com a riqueza. Essa situação gera incerteza e violência em áreas urbanas,*
422 *estimulando o recrutamento de jovens por parte de organizações criminosas. Aponta também uma*
423 *carência de serviços públicos de educação, saúde, moradia, polícia, justiça e etc. em áreas*
424 *excluídas. A população de Porto Alegre, 1.400.000 habitantes, sendo que 17,6% são jovens entre*
425 *15 e 24 anos, como a maioria das capitais brasileiras Porto Alegre teve índices elevados nas*
426 *últimas pesquisas, ou seja, houve um aumento de 43,3% nas mortes por homicídio à população*
427 *total no período de 1991 para 2000. O Projeto Espaço da palavra propõe oferecer espaço*
428 *específico para aqueles jovens que não apresentam uma demanda formulada para tratamento, mas*
429 *que precisam de uma intervenção que inviabilize esse sujeito, se interrogar frente ao seu sintoma:*
430 *uso indevido de drogas, evasão escolar e ato infracional. O espaço terapêutico prioriza a dimensão*
431 *da reflexão e do estímulo à implicação dos atos através da escuta e da fala de ações educativas.*
432 *Resgatamos e marcamos a importância da palavra do adolescente e da lei, oferecendo espaço, que*
433 *recoloque diferentes possibilidades de inserção social produtiva e de valorização da vida. O*
434 *Projeto Espaço da Palavra da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul é uma proposta de ação*
435 *articulada da sociedade civil organizada, compromissada com a implementação das políticas de*
436 *atendimento propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que contempla as demandas dos*
437 *jovens e seus familiares e da rede de atendimento da criança e do adolescente. Através das suas*
438 *atividades o projeto propõe um espaço de escuta, de fala e de reconhecimento de potencialidades*

439 *positivas, de forma a resgatar a auto-estima e a condição da cidadania, que muitas vezes encontra-*
440 *se perdidas ou desconsideradas. Através das atividades de grupo busca-se oportunizar espaços*
441 *para restabelecer normas e trabalhá-la de forma prática, resgatando o potencial produtivo e*
442 *criativo. Através de uma convivência com regras de respeito com os outros. O projeto apresenta*
443 *uma proposta específica para a família do adolescente, que visa estimular a comunicação e o*
444 *suporte da família na busca de um trabalho conjunto na superação das dificuldades provocadas*
445 *pela condição de um conflito com a lei e pelo uso e abuso de ações psicoativas e suas*
446 *consequências. O técnico abordará o sistema familiar no plano de atendimento para explorar os*
447 *padrões de habilidades familiares, desenvolvidos e discutidos ajustes necessários para uma*
448 *saudável sustentação. O projeto oportuniza a esses adolescentes e seus familiares um espaço de*
449 *acolhimento referente a suas demandas, que motiva a reflexão sobre seus atos sobre sua condição*
450 *atual. Propomos com este projeto que o adolescente vise construir demanda em relação a uma*
451 *mudança de comportamento, realizando um tratamento com motivação e estimular o adolescente a*
452 *procurar inserir-se em algum espaço profissionalizante que recoloque diferentes possibilidades de*
453 *inclusão social e de valorização da vida. Objetivo geral: oferecer atendimento específico para*
454 *adolescentes usuário de substâncias psicoativas que cumprem medida socioeducativa em meio*
455 *aberto como forma de implementação do Estatuto da Criança e Adolescente para o Município de*
456 *Porto Alegre. O objetivo específico: promover o consumo da demanda para tratamento ou de*
457 *inserção em atividades socioeducativas e profissionalizantes; estimular a mudanças de*
458 *comportamento em relação ao uso de drogas; avaliar, indicar e encaminhar casos para tratamento*
459 *de dependência química; viabilizar a construção de um posicionamento crítico e reflexivo quanto à*
460 *inserção social; oportunizar espaço de mudança de participação da família no projeto de*
461 *adolescente; estimular a inserção em espaço profissionalizante e escolar; promover a articulação*
462 *do sistema socioeducativo ligado ao PEMSE e à FASC com a equipe do projeto. Metodologia: os*
463 *participantes atendidos pelo Projeto Espaço da Palavra serão adolescentes de 12 a 18 anos,*
464 *usuários de substâncias psicoativas que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e seus*
465 *respectivos familiares, encaminhados pela Região IV da Lomba do Pinheiro e Partenon do PEMSE.*
466 O resultado da Glória, Cruzeiro e Cristal foi apresentado ontem no Fantástico, não sei se vocês
467 viram, que também teve uma ação do Espaço da Palavra. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Aí
468 está todo o projeto da Justiça Restaurativa, não está falando do Espaço da Palavra. Ele não diz
469 quando e nem onde, nem quanto, nem carga horária, todas essas questões. E ele tem um público
470 voltado específico, está correto, a meninada que está com medida socioeducativa precisa de um
471 projeto que dê conta da sua necessidade, só aí não está aparecendo as interfaces com os seus recurso
472 de serviços, porque querendo ou não a demanda psiquiátrica depende da questão do envolvimento
473 com a saúde, não prevê o aporte, de que tipo de aporte vai receber essa família. Na verdade, o que
474 está proposto aí é um programa de terapia de família, que eu acho que não é função da FASC. **Sra.**
475 **Presidente:** Tem mais uma metade, que eu acho que tem que ler todo, porque a outra metade traz o
476 prazo e o recurso. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** *Estratégia de ação – primeira etapa: os*
477 *adolescentes serão encaminhados pela regional do PEMSE para o agendamento de atendimento*
478 *pela equipe do Projeto Espaço da Palavra. Os atendimentos acontecerão na Região IV – Lomba do*
479 *Pinheiro e Partenon do PEMSE. O projeto terá funcionamento de 8 horas semanais. Inicialmente o*
480 *adolescente encaminhado passará por entrevista de triagem para avaliação de uma situação*
481 *individual, para posterior inserção do grupo proposto pelo projeto, ou outros encaminhamentos:*
482 *psiquiatria, internação, psicoterapia, entre outros. Acontecerá a primeira aplicação dos*
483 *instrumentos de avaliação com os adolescentes. Segunda etapa: serão constituídos 6 grupos, 10*
484 *integrantes em cada um, reunir-se em encontros semanais de 1h30min por um período de 10*
485 *meses. Também disponibilizamos, quando necessário, intervenções individuais para melhor acolher*
486 *adolescentes que apresentam dificuldades na inserção de atividades e quando se identifica a*
487 *necessidade de uma escuta mais individualizada. Durante o processo de grupo nos propomos*

488 utilizar técnicas específicas: dinâmica de grupo, grupos de discussão e reflexão, entre outros;
489 visando potencializar estilos de vida mais positivos e saudáveis para o sujeito, sua família e para a
490 comunidade. Para isso o adolescente e o familiar precisam-se integrar ativamente no processo de
491 inserção saudável com os meios sociais. Durante o processo de triagem realizado nos adolescentes
492 será convocada também a família para a sua inserção nas atividades do projeto, que
493 disponibilizará 5 grupos multifamiliares, que se reunirão semanalmente durante 1h30min. Esses
494 grupos se organizarão também de seguinte forma: uma semana participará a família sem o
495 adolescente, na segunda semana o adolescente será incluído. Nesse encontro pretendemos avaliar e
496 trabalhar os conflitos familiares, visando uma melhor comunicação da família, assim como uma
497 compreensão da família em relação à situação atual do adolescente. O Projeto Espaço da Palavra
498 realizará concomitantemente ao trabalho com adolescentes atendimentos psiquiátricos, grupos
499 multifamiliares, interconsultas, reuniões semanais com a equipe do projeto e com a equipe da
500 Regional IV do PEMSE. Terceira etapa: ao término será realizada uma entrevista com o
501 adolescente, onde serão aplicados procedimento de avaliação e acertado o possível
502 encaminhamento para outro espaço. Pretendemos também ao término do projeto avaliar o nível de
503 adesão dos adolescentes ao projeto, bem como, a adesão dos seus familiares. Também será
504 avaliada a solicitação dos adolescentes de forma voluntária para a inserção em outras atividades,
505 assim como a vinculação nesses locais de encaminhamentos. Atividades: triagem, acolhimento
506 individual e avaliação diagnosticada do adolescente, aplicação dos instrumentos, análise e dados
507 levantados, abordagem individual. Os adolescentes inseridos em atividade de grupo contam com a
508 possibilidade de intervenções individuais quando necessário, abordagem unifamiliar quando
509 necessário, atendimento psiquiátrico, avaliação e tratamento medicamentoso quando necessário,
510 grupo de adolescentes, dinâmica de grupo, grupo de discussão e reflexão, grupos multifamiliares,
511 oficinas terapêuticas de arte e cultura, sensibilização por escola, economia popular solidária,
512 reuniões de equipe técnica do projeto, dependendo e avaliação do programa dos casos atendidos.
513 FASC e PEMSE: interconsultas, contato com os profissionais que atendem adolescentes em outros
514 serviços, gerenciamento do projeto. Então, a descrição seria 10 meses, durante cada mês a ação
515 deles, os custos durante os 10 meses, que fecha no total de 25 mil. Propõe execução na região da
516 Lomba do Pinheiro e Partenon, oferecendo 60 vagas para os adolescentes e 120 novas vagas para
517 familiares por período de 10 meses. Os atendimentos serão realizados em 6 grupos com 10 jovens
518 cada, acontecerão no Centro Regional da Lomba do Pinheiro, em um turno de 8 horas semanais a
519 combinar, atendimentos individuais, reunião no momento da triagem e se necessário avaliado pelo
520 técnico. As atividades previstas são; atendimento terapêutico grupal, individual e familiar,
521 atendimento psiquiátrico e oficinas terapêuticas de arte e cultura, sensibilização para a escola e
522 economia popular solidária. Esses últimos serão realizados no espaço da Cruz Vermelha
523 Brasileira, sobre a responsabilidade da mesma. Os recursos propostos serão para as despesas com
524 os profissionais, 2 psicólogos, 1 psiquiatra, 1 terapeuta familiar. Apontamos como relevante a
525 iniciativa da proposta de implementação do projeto naquela região, onde está a Coordenação
526 Regional do PEMSE, com o maior número de ingressos de adolescentes com medidas
527 socioeducativas no ano de 2006. Assim esta Coordenação Geral reafirma o interesse nesse serviço
528 para qualificar o atendimento dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em
529 meio aberto, pois prepara o adolescente para vincular-se a tratamento especializado, como
530 também vem preencher espaço não ocupado pela política pública. **Sra. Maria Bernadette M. de**
531 **Medeiros:** Em que pese a excelência do projeto, a importância dele e a necessidade parece-me que
532 é um projeto nitidamente da área da Saúde. Eu não fiquei esclarecida também, vamos dizer, se esse
533 projeto estava orçado, como ele entra na área da assistência, esses recursos vão sair de onde, é
534 recurso que sai de algum lugar que estava previsto para a FASC para passar. Parece-me,
535 basicamente, que, em primeiro lugar, ele é da área da Saúde e não da área da assistência, onde já há
536 muitos casos. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu fiquei pensando que experiência diferenciada esse

537 adolescente vai poder fazer de 15 em 15 dias em 1h30min. Não é mais uma coisa paliativa que está
538 sendo colocada aí? Eu fico pensando de onde vai estar saindo esse recurso, se este Conselho já
539 aprovou isso. **Sra. Presidente:** Não. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Mas já está acontecendo! **Sra.**
540 **Maria do Carmo de Souza:** Não, este na Lomba do Pinheiro não. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:**
541 E por que ele está sendo ampliado? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Aconteceu em outra área.
542 **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Então, ele está sendo proposto agora para sair da FASC? **Sra.**
543 **Maria do Carmo de Souza:** É. Agora vai ser da FASC, porque o recurso não foi e a avaliação foi
544 feita lá, inclusive, porque o órgão gestor é a FASC. A idéia foi que a gente conseguisse sensibilizar
545 mais ações que envolvesse mais esse atendimento, também outras secretarias. **Sra. Maria de**
546 **Lurdes dos Santos:** Ela estava lendo e eu comecei a pensar. Eu conheci, no Centro Regional a
547 gente discutiu a Justiça Restaurativa, junto com o PEMSE. Esse Espaço da Palavra eu não tinha
548 conhecimento, mas da Justiça restaurativa tem lá bastante documentos, inclusive, alguns do juiz que
549 descreve muito bem o verdadeiro perfil dos nossos adolescentes. Nós não podemos ficar tapando os
550 nossos olhos aqui, porque eu tenho problema também na minha família, com o meu filho, eu sei o
551 que é isso, o que a Cruz Vermelha hoje representa. Eu acho que posso falar, porque o meu filho
552 passou pelo PEMSE, foi encaminhado para a Cruz Vermelha. Então, não sei se é o momento da
553 FASC estar entrando, mas acho também que perlo ECA o poder público tem que estar investindo, e
554 25 mil eu achei muito pouco. Então, se eu salvei o meu filho das drogas, ou vou salvar, não sei, foi
555 através da Cruz Vermelha e através do PEMSE que encaminhou, porque eu vinha lutando há muito
556 tempo, até que encaminhou para a Cruz Vermelha e nunca tinha espaço. Então, se vai resolver,
557 estou falando uma coisa que é só minha em cima do projeto, e mesmo assim acho muito pouco, vai
558 dar 2.500 no mês, eu acho muito pouco. Se é da Saúde, se é da Assistência Social, o adolescente
559 está na Assistência Social, está na Saúde, está em todo os cantos. Então, eu sofri na pele essa
560 situação do meu filho estar envolvido com drogas, ter passado pelo PEMSE, ter feito serviço
561 comunitário e ter chegado na Cruz Vermelha naquele momento através do PEMSE. Então, se a
562 FASC vai entrar acho que está mais que na hora do poder público investir muito mais na
563 adolescência, porque tem que começar pela escola também, porque se tudo está acontecendo é na
564 escola. A escola chama a Brigada, a Brigada não respeita os nossos adolescentes, as escolas
565 chamam a lei, que é para proteger, ou para educar, para conversar com os adolescentes, eles batem
566 nos adolescentes, isso revolta eles. A droga está na frente das escolas, está na frente da casa de
567 qualquer uma de nós. Então, eu acho que está mais do que na hora, porque a FASC é o poder
568 público, de onde ela tirou o dinheiro, de onde vai tirar, acho que ainda é pouco, mas tem que
569 começar a olhar com um olhar muito mais fechado, muito mais preocupante para os nossos
570 adolescentes. É como se falou, é uma coisa meio paliativa, é muito enfeite, eu sempre coloco isso.
571 Os governantes sempre usaram só adolescentes, e não é de agora, muito para enfeite de bolo. Então,
572 eu acho que o projeto está bom, se a Cruz Vermelha está abraçando e se a FASC vai ajudar, no meu
573 ponto de vista acho que está mais que na hora. **Sra. Gleci G. Alvarenga:** Eu não sou contra o
574 projeto, mas eu acho que as coisas chegam aqui mastigadas, nós só temos que engolir? Eu já fui
575 Conselheira da Saúde e sempre que nós tínhamos alguma coisa, vinha antes para a gente ler, levar
576 para casa. Agora chega um projeto na hora, vem mastigadinho, nós engolimos. Ai, eu me sinto
577 super usada, porque eu só tenho que chegar aqui e levantar a mão, nem sei direito o que é! Eu não
578 sou contra o projeto, acho que deve ser muito bom, só que em 10, 15 minutos de leitura não dá para
579 entender nada. Ela acabou de ler, mas nós entendemos tudo o que está ali? Desse jeito assim? **Sra.**
580 **Presidente:** Tem pessoas inscritas, por favor, quem quiser falar que se inscreva, as pessoas têm o
581 direito de falar. Depois, se a gente tiver que responder a Mesa responde. Está a Nice inscrita e
582 depois a Iara. **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Na realidade, eu só queria esclarecer essa questão
583 que a Gleci traz, porque todos os projetos são discutidos nas comissões, que são abertas para todos
584 os Conselheiros, basta que queiram vir se integrar. Para isso existem as comissões, porque se todos
585 eles nós trouxéssemos para a discussão profunda, aí a Comissão chama as pessoas ligadas, ou daqui

586 a pouco quem fez o projeto, chama para tomar informações, ela não aprova assim na maior.
587 Primeiro, vai para a Executiva, a Executiva encaminha para a Comissão de Políticas, que discute e
588 volta para a Executiva. Claro, eu acho que é importante que se questione, até para que a gente possa
589 se apropriar, mas se nós formos fazer esse processo em todos os projetos nós não vamos nunca
590 terminar reunião nenhuma. Todos os projetos que estão sendo apresentados aqui sempre foram fruto
591 de uma discussão profunda dentro da Comissão de Políticas. Para isso existem as comissões para
592 respaldar aquilo que se traz. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Eu quero dizer o seguinte:
593 quanto mais projetos de drogadição tiver nesta Cidade melhor, a gente sente todos os dias. E não te
594 preocupes, Lurdes, esse não é um privilégio teu, porque eu duvido quem não tenha na família um
595 drogadito, um bêbado, um maníaco, um doente mental. Isso todo mundo tem. Então, nem te
596 preocupes porque eu acho que é natural. Eu conheço o trabalho da Cruz Vermelha, sou ALANON,
597 sou familiar de dependente; mas o que eu vejo nesse projeto específico? Ele é um projeto barato, só
598 que não está previsto a interface com a Saúde e hoje um dos grandes problemas que a gente tem é a
599 questão da internação. Eu não sei quem falou que está garantido, hoje tu vais pegar o remédio para o
600 adolescente no posto e tu não tens, e drogadito na fissura tu não seguras. A gente está fazendo
601 cesariana com Band-Aid! Olha que a gente está botando um monte de dinheiro para tudo quanto é
602 lado e a gente tem que junta, tem que garantir isso, principalmente a gurizada que está com medida
603 socioeducativa, porque eles correm o risco de ficar com privação de liberdade de uma hora para a
604 outra. E do jeito que está posto é assim: é um programinha paliativo para estar ali no PEMSE para o
605 PEMSE fazer de conta que está certo, nós fazemos de conta que temos a política e ficamos todos
606 felizes, mas a gente não está pensando em outras coisas. Eu não estou dizendo que o dinheiro tenha
607 que sair só da FASC, acho que tem que sair dinheiro sim das outras secretarias, tem que prever
608 dotação orçamentária. Como que essas famílias vão chegar até lá para essas reuniões de terapia?
609 Como elas vão-se deslocar? A Lomba é grande, que quem estiver lá no Passo da Taquara para vir
610 aqui no CESMAPA, na seis? Vem com o que, com um sorriso nos lábios para o pessoal da Sudeste
611 colocar para fora do ônibus? Eu acho que é isso que a gente tem que pensar e essas coisas não estão
612 previstas. É disso que eu estou falando, porque não é que o guri não adere, o guri adere sim. Aí está
613 falando em programação de geração solidária, de economia solidária, mas com que projeto? Está
614 previsto um projeto dessa ordem? Tu estás criando uma falsa expectativa dentro de um projeto com
615 um público que tu não podes mentir, tu podes falhar com todo mundo, com criança e adolescente tu
616 não podes mentir, principalmente criança e adolescente que está na rua e é drogadito. Tu não podes
617 mentir para eles, porque na terceira vez que tu voltares com eles não avança nada. É um projeto
618 fadado ao insucesso se a gente não se der conta dessas questões, de prever vale-transporte para
619 deslocamento, de prever para a família a medicação. As consultas não podem ser dali três meses
620 para o drogadito, a consulta do drogadito tem que entrar na saúde mental naquela semana e naquela
621 semana o guri tem que consultar, às vezes no mesmo dia e não dá para esperar internação judicial.
622 Então, é disso que eu estou falando. É uma coisa muito simplista, está sendo tratada de uma forma
623 muito simplista uma coisa que tem a magnitude, a relevância que esse caso requer. É só disso que
624 eu estou falando, sou plenamente de acordo e concordo contigo, Lurdes, o dinheiro não interessa de
625 onde vem. Agora, que o adolescente que está nessa precariedade, nessa situação especial, tenha um
626 atendimento de qualidade e com o apoio, com o suporte que ele necessita e que não foi previsto ali.
627 **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Inclusive apareceu no nosso SASE um projeto, que não sei de
628 onde está vindo, que é do Agente Jovem, são todos meninos que estavam no PEMSE, inclusive o
629 meu filho, que não vai resolver nada. Eles vão fazer o que lá? Não tem nada para eles fazerem, só
630 vão sair de um lugar e entrar no outro. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eu só queria colocar para
631 vocês que essa discussão nós acompanhamos desde o ano passado, nós participamos do Conselho
632 Gestor do PEMSE, representando o CMAS, onde tem o pessoal do Conselho de Saúde também. A
633 discussão, na verdade, foi na busca de uma alternativa e digo da confiabilidade enorme quando
634 chegou para nós, a gente pediu até uma avaliação do próprio juiz, a Juíza Vera, que trabalha na 3^a

635 Vara. A nossa preocupação foi essa, de trazer a eficiência desse trabalho, os resultados que estavam
636 acontecendo. A gente sabe que a Cruz Vermelha não atua só com valores, ela atua de qualquer jeito,
637 de qualquer jeito vai atuar dentro dos princípios que eles têm. Quando nós ouvimos achamos
638 importante, e no dia da Comissão de Políticas, acho que a Heloísa pode falar. Então, só para dizer
639 que essa discussão nós já acompanhamos no Conselho Gestor do PEMSE, a gente tem reunião
640 mensal lá também. Então, não veio uma coisa assim de trazer para cá, veio para a Comissão de
641 Políticas, mas a gente já tinha acompanhado essa discussão lá no Conselho Gestor. **Sra. Maria**
642 **Bernadette M. de Medeiros:** Seguindo na linha Nice, que eu acho que é exatamente o que eu quis
643 dizer. Dada a importância da situação do projeto, da necessidade, ele não pode ser um apêndice da
644 Assistência, ele tem que estar na área da qual ele faz parte, que é da Saúde e a Saúde tem que
645 assumir essa questão, que é uma tremenda precariedade na Cidade. Não pode ser a maioria pobre, a
646 maioria excluída, então, fica no apêndice da Assistência e a Assistência dando conta de todas as
647 questões que se referem a pobres, a periféricos, a não sei o quê. Então, eu acho que isso é poder
648 público sim e tem que ser encarado como tal, mas que a Assistência entre em um projeto desses
649 como uma complementariedade, não pagando médico, terapeuta. **Sra. Carolina A. da Silva:** Eu
650 também vou na linha da Nice e da Bernadette. Enquanto era lido o projeto eu estava anotando
651 algumas questões, que me surgiu a curiosidade em relação ao atendimento terapêutico. Isso vai para
652 a Saúde, não é 100% Assistência Social. Tem Assistência Social dentro do projeto sim, mas essa
653 visão é de que há necessidade do PEMSE nesse projeto da Saúde e não da Assistência Social. Outra
654 questão que a Nice trouxe, foi de que não há após o término desse projeto o gancho para a
655 internação e sim o incentivo para o jovem procurar a internação, que é bem como está colocado no
656 projeto. Há o incentivo para ele procurar a continuação do tratamento. Nós tivemos um caso na
657 nossa entidade em que o menino chegou totalmente com *cola até os olhos*, como a gente costuma
658 dizer, ao ponto que ele dormiu, não teve condições de prestar o trabalho naquele dia. E a gente
659 também não ia largar ele para dormir na rua. Então, foi falado com o pessoal do PEMSE, foi dito
660 para nós: *Quem sabe vocês conversem com ele?* Aí nós vamos conversar com ele o quê? E vamos
661 encaminhar ele para quem? Como eu digo, eu sou educadora, sou professora, mas além de ser
662 professora sou psiquiatra, psicóloga, mãe, médica, terapeuta. E colocando na área de assistência
663 social a gente está sendo a mesma coisa, a gente está sendo mais do que o nosso próprio papel. Mais
664 uma vez a gente está tentando dizer qual é o nosso papel e mais uma vez a gente está pegando mais
665 alguém para criar. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu como membro da Comissão de Política que
666 analisou o projeto quero fazer a mea culpa aqui, porque ele veio para a Comissão para
667 conhecimento. Eu tinha a interpretação que esse projeto seria da Saúde, nós só tomamos
668 conhecimento como Assistência Social, uma vez que é daqui tem até que retirar um parecer, porque
669 nessa área eu não atuo. A Maria do Carmo disse que tinha um parecer, que ela já tinha
670 acompanhado com a dona Elvira no PEMSE, mas estava ali para conhecimento, nós tomamos
671 conhecimento do projeto e não que nós iríamos executar o projeto. **Sra. Maria do Carmo de**
672 **Souza:** Para análise. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu estou fazendo a mea culpa. **Sra. Maria**
673 **Leonice de Deus da Silva:** Se nós vamos encaminhar, de novo vou ser chata, até o dia 31-10,
674 quando eu sair daqui, vou ser chata, sempre vou voltar aqui para incomodar. Primeiro, que esses 25
675 mil reais não sejam usados para pagar RH, porque nós vamos pagar recursos humanos, que esses 25
676 mil sejam destinadas às famílias atendidas em termos de suporte, de apoio, de dar conta do projeto.
677 Que o PEMSE é executado pela FASC eu não tenho nenhuma dúvida, só que mais uma vez a FASC
678 vai gastar dinheiro com recursos humanos para dar conta de uma questão que não é sua. Então, já
679 que é partilhado a Saúde paga os seus técnicos para esse programa, porque o Conselho Gestor do
680 PEMSE prevê isso, e o recurso que sair da FASC saia para complementar de apoio para essas
681 famílias que vão ser atendidas, são 160 famílias. Então, é muita família, é muito jovem com
682 encontros mensais, é disso que a gente está falando. Outra coisa, a inserção que se dê gradativa nos
683 programas já existentes da Assistência Social, seja Agente Jovem, Trabalho Educativo, Economia

684 Solidária, mas programas já existentes. Não vamos inventar a roda por dentro porque é mentira, não
685 vai acontecer. Então, é isso que eu estou querendo encaminhar, que esse recurso seja para isso e que
686 a gente use os recursos que a rede própria tem para dar conta dessas necessidades que essas pessoas
687 precisam. **Sra. Presidente:** Então, é uma proposta de encaminhamento? **Sra. Maria Leonice de**
688 **Deus da Silva:** Exatamente. **Sra. Presidente:** Eu não quis falar porque eu não estava, não fiquei na
689 Comissão de Políticas naquele dia, mas, depois, olhei o projeto, na Executiva nós discutimos e eu
690 levantei essa questão. Eu e a Executiva em nenhum momento, principalmente eu não sou contra, só
691 que eu tinha muita clareza que era um projeto da Saúde e cada um tem que assumir a sua parcela.
692 Eu concordo com esse encaminhamento, acho que é um encaminhamento correto. Então, eu
693 consulto a Plenária se a gente pode encaminhar dessa forma? **Sra. Maria Bernadette M. de**
694 **Medeiros:** Eu acho que a primeira coisa é encaminhar aos propositores do projeto se aceita alterar o
695 projeto. **Sra. Sandra M. Nunes:** Mas quem está apresentando o projeto é a FASC. **Sra. Maria**
696 **Leonice de Deus da Silva:** Já que é a FASC que está apresentando e tem interesse, ela como
697 Fundação, como órgão gestor da Assistência Social tem condições de requisitar para a Saúde os
698 profissionais que ela necessita para esse projeto. Que esse recurso que ela vai utilizar em termos de
699 pagamento de pessoal seja revertido em benefício dessas famílias que vão ser atendidas dentro desse
700 projeto. **Sra. Presidente:** Nós estamos garantindo as interfaces, a Assistência vai fazer aparte dela e
701 a Saúde tem que fazer a sua parte. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** O fato de ser o órgão
702 gestor do PEMSE não quer dizer que tem que dar conta com todas as questões. É o órgão gestor da
703 qual participam todas as secretarias, esse é um programa municipal. **Sra. Míriam Cardon**
704 **Prikladniecki:** Eu penso que se não houver nenhuma outra proposta que veja se a gente aprova ou
705 não a proposta da Nice para ir como sugestão. Realmente, eu acho que aí cabe a utilização da verba
706 da Assistência dentro dessa linha. **Sra. Sandra M. Nunes:** O projeto apresenta as despesas, os
707 recursos humanos mantidos e contratados pela Cruz Vermelha com a metodologia de trabalho. A
708 proposta é uma parceria com essa entidade no sentido de viabilizar todo o projeto. Quando tu
709 colocas que dê conta dos recursos humanos quer dizer que repasse recursos do seu orçamento do
710 convênio na cobertura dos recursos humanos e não colocar o seu pessoal na execução do trabalho,
711 porque nós estamos falando de outra coisa. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** A terceirização
712 está uma vergonha na nossa Cidade, a gente terceiriza a desgraça e todo mundo fica contente. Eu
713 como educadora me sinto muito mal. Por quê? Porque eu entendo que se esse é do Conselho Gestor
714 do PEMSE, o que tange à Saúde? Precisamos de um psicólogo, um psiquiatra, um terapeuta
715 ocupacional, isso são recursos da Saúde. Logo, esses 25 mil que a FASC vai aplicar, porque ela tem
716 que dar o repasse dela enquanto assistência social, ela tem que aplicar em benefício das famílias do
717 usuário direto e não pagando pessoal para ter mais um programinha de cesariana com Band-Aid
718 dentro de um projeto que tem tudo para dar certo. E que a própria medicação, que esteja previsto o
719 repasse imediato da medicação. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu sugiro que dado o
720 adiantado da hora a gente retorne esse assunto, que seja levado aos propositores do projeto o que
721 está se discutindo aqui e que ele retorne ao CMAS depois de alterado. Se nós vamos agora fazer
722 como que teria que ser, não dá tempo. **Sra. Presidente:** Alguém mais tem alguma proposta
723 diferente que essas, que seja levada ao órgão gestor a proposta desse encaminhamento, que esta
724 Plenária respalda o projeto desde que esse valor seja investido com as famílias, não para o
725 pagamento de recursos humanos? **Sra. Míriam Dabdab D. Kolinger:** Eu acho que encaminhado
726 nesse sentido para a Educação e Saúde. **Sra. Presidente:** É isso? Todos concordam que seja esse o
727 encaminhamento? Então, por favor, levantem a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém? Então,
728 **aprovado**, o encaminhamento é esse. **Sra. Míriam Cardon Prikladniecki:** Eu acho que
729 poderíamos dar exemplos, que um exemplo seria o vale-transporte, ou alimentação para as famílias,
730 que às vezes tem lanche. Eu acho que tem que ficar claro. **Sra. Presidente:** Nós temos só que
731 encaminhar o seguinte: nós tínhamos o restante todo da Pauta que a gente nem chegou a discutir,
732 que são duas resoluções *ad referendum*, o relatório da AGIR, resolução dos projetos, o fluxograma

733 dos projetos, os processos de inscrição, recadastramento e manutenção. Então, eu consulto como
734 fica esta Pauta? Fica para a próximo? Então, tem uma questão que a gente tem que resolver, que são
735 as entidades, que é o recadastramento e manutenção de entidades, porque essas entidades que não
736 passarem, as que são projeto ficam trancadas. **Sra. Maria Leonice de Deus da Silva:** Eu tenho uma
737 questão: antes de eu vir para cá a Orfanatórfio II ligou muito preocupada, eles tiveram, inclusive,
738 uma depedração na entidade por causa da suspensão do atendimento das crianças. A Presidente
739 entrou em contato com a FASC e a fala é que está toda trancada aqui e a comunidade está muito
740 incomodada. Eu disse que ia entrar em contato com a Juçara. Eu acho que tem uma coisa que a
741 gente tem que pensar hoje, nesta Cidade a maioria dos atendimentos são feitos pela sociedade civil,
742 70%. Nós temos programas hoje que dependem dessas entidades hoje para a gente ter sucesso. Eu
743 vou falar enquanto Travessia, embora não esteja falando pelo CPCA, muitas das nossas crianças
744 hoje que nós ingressamos nas entidades, que nós tiramos das ruas e que nós garantimos o retorno
745 para a comunidade, são dessas entidades conveniadas. Na hora que a gente está discutindo não está
746 levando em consideração, porque a gente pune o dirigente, mas no fundo a gente pune aqueles que a
747 gente se comprometeu de reunir de volta, o reingresso. Eu acho que é importante que a sociedade
748 civil se dê conta disso, que o Governo pode fazer isso, agora, a sociedade civil por ética e por
749 questão de comprometimento com quem representa neste Conselho tem que estar lembrada disso.

750 **Sra. Iara de Fátima B. da Rosa:** Entre esses processos de recadastramento, até de inscrição, que é
751 a Comissão que avalia, que a gente possa fazer esses processos *ad referendum*, porque isso não
752 implica em recursos. Quanto ao que a Nice fala, principalmente da Orfanatórfio II, ela está nesta
753 lista como uma inscrição nova, ela não está sendo recadastrada porque perdeu todos os prazos. Eu
754 concordo com a Nice quando diz que 70% das ações da assistência social são feitas pela sociedade
755 civil, mas nós não podemos deixar e considerar as entidades que cumprem os prazos e cumprem o
756 que está definido na questão da LOAS, e o Conselho é quem indica e quem inscreve. Quer dizer,
757 essa entidade foi avisada muitas vezes, recebeu AR, eu mesma falei com a Presidente da entidade,
758 dizendo o que estava aconteceu, que ela ia perder o registro porque não tinha encaminhado nada,
759 não encaminhou. Nós enquanto Conselho não queremos que entidade nenhuma perca, até tomamos
760 a posição que não vamos mais cancelar, nós vamos suspender quando houver algum problema.
761 Agora, não se pode simplesmente jogar no colo do Conselho quando dá um problema desses,
762 porque se nós levarmos em consideração que há trezentas e poucas entidades aqui, se nós pegarmos
763 o percentual das entidades que realmente tiveram esse problema, nós tivemos cinco ou seis. Então,
764 nós também temos que ter outro olhar, ver o que de bom o Conselho faz. **Sra. Maria Leonice de**
765 **Deus da Silva:** Eu não estou criticando. Agora, tem uma coisa que é de pronto, nós nos
766 comprometemos, quando nós instalamos os programas de acolhimento, isso foi discutido e nós nos
767 comprometemos que as entidades poderiam acolher as crianças sem nenhum problema. No
768 momento em que nós suspendemos estamos mandando de volta para a rua aqueles que a gente está
769 acompanhando e isso é incoerente. **Sra. Presidente:** Nós também não podemos liberar recurso para
770 a entidade que está há 5 anos com a documentação vencida. O problema é o seguinte: por isso eu
771 trouxe essa questão das entidades, ou a gente aprova *ad referendum*, ou a gente lê rapidinho, são
772 sete entidades, porque são entidades que vão ficar prejudicadas. Em menos de 5 minutos a gente
773 resolve essa questão. **7 – Processos: inscrição nova, recadastramento, manutenção.** Eu não vou
774 ler a resolução toda. As entidades que são inscrição nova, que é a Associação de Moradores
775 Orfanatórfio II, o pessoal da entidade deverá adequar o seu estatuto, que o estatuto também não está
776 registrado, conforme a Resolução n.º 089, até 30-04-2007 a gente está dando prazo para que seja
777 adequado. Temos também a Associação Madre Teresa de Jesus, também com ressalva para adequar
778 o estatuto, e a Fundação Casa do Menor Nossa Senhora do Trabalho. Essas são inscrições novas
779 porque perderam o prazo, estamos dando prazo para adequarem o estatuto. A outra é
780 recadastramento: Associação Educacional Vinícius de Moraes, também com ressalva; Centro Social
781 Samaritano, também com ressalva; Clube de Mães Crecheiras e Origem da Nossa Senhora de

782 Fátima, também com ressalva; e Creche Comunitária Nossa Senhora da Glória. Todas as entidades
783 têm que adequar os seus estatutos até abril de 2007. Aprovar a manutenção das seguintes entidades:
784 Associação Brasileira Cultural e Beneficente, Associação Comunitária da Vila Panorama,
785 Associação de Cegos Luiz Braile, Associação dos Amigos da Vila Arapeí, com ressalva; Casa de
786 Nazaré Centro de Apoio ao Menor, Círculo da Amizade das Mães da Vila Valneri Antunes, também
787 com ressalva; Instituto Cultural São Francisco de Assis, Sociedade Literária e Caritativa Santo
788 Agostinho, Centro Infantil Madre Teresa, SOS Casa de Acolhida, USBE Centro Marista Boa Mãe,
789 Centro Social Marista CESMAR, Creche Marista Renascer, União Sul-Brasileira de Educação de
790 Ensino. Então, essas são as entidades para serem aprovadas. **Sra. Míriam Cardon Prikladniecki:**
791 Existe apoio jurídico que a instituição pode recorrer gratuitamente? **Sra. Presidente:** Sim. O
792 Conselho tem chamado todas as entidades que têm problema no estatuto, a assessora jurídica tem
793 orientado, tem várias entidades que estão orientando, inclusive, para se adequarem os estatutos.
794 Então, há várias entidades hoje que estão-se colocando à disposição para o pessoal adequar os seus
795 estatutos. Nós colocamos para o pessoal que está vindo para manutenção, recadastramento, já está
796 saindo ressalva para depois a entidade não dizer que não sabia. Então, estamos tentando fazer da
797 melhor forma possível para que as entidades resolvam essas situações. Todos concordam com essas
798 entidades? Por favor, levantem a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém? Aprovado. **Sra. Maria**
799 **Leonice de Deus da Silva:** Só uma sugestão: que a Comissão de Políticas do CMAS visite as
800 entidades que estão em férias no SASE durante o período de férias, crianças há vinte poucos dias
801 sem atendimento. Então, seria importante que fossem visitar as entidades. **Sra. Presidente:** Nós
802 estivemos nas entidades e foram extremamente desafortunadas, dizendo que as entidades estavam
803 funcionando. Obrigada e boa-noite. (Encerrada a reunião às 20h28min)